

**AO JUÍZO DA \_\_\_\_\_ VARA CÍVEL DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA  
DE \_\_\_\_\_ - DISTRITO FEDERAL.**

INFORMAR SE É DISTRIBUIÇÃO AUTÔNOMA (MENOR RESIDE NA  
COMARCA DIVERSA DO TÍTULO JUDICIAL) OU DISTRIBUIÇÃO POR  
PREVENÇÃO COM NÚMERO CNJ/PJE

**NOME**, estado civil, nacionalidade, profissão, endereço,  
telefones, e-mail, CPF, RG, devidamente qualificado(a) no processo em  
epígrafe, por meio da **DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO  
FEDERAL**, vem(vêm), perante esse juízo, com fundamento nos artigos  
528 e seguintes do Código de Processo Civil (CPC), propor:

**CUMPRIMENTO DE SENTENÇA- RITO PRISÃO**

em face de, **NOME DO REQUERIDO** estado civil,  
nacionalidade, profissão, endereço, telefones, e-mail, CPF, RG, (SE NÃO  
HOVER CPF, ENDEREÇO, TENTAR COLOCAR FILIAÇÃO- NOME DA  
GENITORA, DATA DE NASCIMENTO OU QUALQUER OUTRO  
PARÂMETRO DE PESQUISA QUE POSSA SER UTILIZADO NO  
INFOSEG), em razão dos fatos e fundamentos a seguir expostos:

**I-DOS FATOS**

O (s) autores é/são filhos do requerido, conforme documento (s)  
de identificação anexo (s).

Por sentença prolatada nos autos do processo \_\_\_\_\_pela \_\_\_\_\_, já transitada em julgado foram fixados alimentos no percentual de \_\_\_\_\_, com vencimento na data de \_\_\_\_\_, conforme anexo.

Orequerido não efetuou/efetuou parcialmente o pagamento das parcelas de alimentos dos meses \_\_\_\_\_.

Sendo irrefutável a obrigação alimentar e não havendo nenhuma justificativa para seu não pagamento é necessário o presente cumprimento de alimentos.

O valor do inadimplemento da obrigação é no total de \_\_\_\_\_, conforme cálculos anexos.

## **II-DO DIREITO**

O cumprimento de alimentos no rito da prisão é regulado pelo que dispõe o artigo 528 e seguintes do Código de Processo Civil:

**Art. 528. No cumprimento de sentença que condene ao pagamento de prestação alimentícia ou de decisão interlocutória que fixe alimentos, o juiz, a requerimento do exequente, mandará intimar o executado pessoalmente para, em 3 (três) dias, pagar o débito, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo.**

§ 1º Caso o executado, no prazo referido no caput, não efetue o pagamento, não prove que o efetuou ou não apresente justificativa da impossibilidade de efetuá-lo, o juiz mandará protestar o pronunciamento judicial, aplicando-se, no que couber, o disposto no art. 517.

§ 2º Somente a comprovação de fato que gere a impossibilidade absoluta de pagar justificará o inadimplemento.

**§ 3º Se o executado não pagar ou se a justificativa apresentada não for aceita, o juiz, além de**

**mandar protestar o pronunciamento judicial na forma do § 1º, decretar-lhe-á a prisão pelo prazo de 1 (um) a 3 (três) meses.**

§ 4º A prisão será cumprida em regime fechado, devendo o preso ficar separado dos presos comuns.

**§ 5º O cumprimento da pena não exige o executado do pagamento das prestações vencidas e vincendas.**

§ 6º Paga a prestação alimentícia, o juiz suspenderá o cumprimento da ordem de prisão.

**§ 7º O débito alimentar que autoriza a prisão civil do alimentante é o que compreende até as 3 (três) prestações anteriores ao ajuizamento da execução e as que se vencerem no curso do processo.**

§ 8º O exequente pode optar por promover o cumprimento da sentença ou decisão desde logo, nos termos do disposto neste Livro, Título II, Capítulo III, caso em que não será admissível a prisão do executado, e, recaiando a penhora em dinheiro, a concessão de efeito suspensivo à impugnação não obsta a que o exequente levante mensalmente a importância da prestação.

§ 9º Além das opções previstas no art. 516, parágrafo único, o exequente pode promover o cumprimento da sentença ou decisão que condena ao pagamento de prestação alimentícia no juízo de seu domicílio.

Art. 782. Não dispondo a lei de modo diverso, o juiz determinará os atos executivos, e o oficial de justiça os cumprirá.

§ 1º O oficial de justiça poderá cumprir os atos executivos determinados pelo juiz também nas comarcas contíguas, de fácil comunicação, e nas que se situem na mesma região metropolitana.

§ 2º Sempre que, para efetivar a execução, for necessário o emprego de força policial, o juiz a requisitará.

**§ 3º A requerimento da parte, o juiz pode determinar a inclusão do nome do executado em cadastros de inadimplentes.**

§ 4º A inscrição será cancelada imediatamente se for efetuado o pagamento, se for garantida a execução ou se a execução for extinta por qualquer outro motivo.

§ 5º O disposto nos §§ 3º e 4º aplica-se à execução definitiva de título judicial.

(grifos nossos)

### **III-DOS PEDIDOS**

Ante o exposto, requer a Vossa Excelência:

**a)** A concessão dos benefícios da GRATUIDADE DE JUSTIÇA, nos termos do artigo 98, §1º, do Código de Processo Civil vigente;

**b)** A intimação do Ministério Público para oficiar no feito, nos termos da lei;

**c)** A intimação do requerido para que, em 3 (três) dias, pague os alimentos devidos no valor de **R\$** \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), depositando tal valor na conta bancária: \_\_\_\_\_, de titularidade da genitora do autor/ do autor, conforme anexo, prove que o fez ou justifique a impossibilidade fazê-lo, sob pena de lhe ser decretada a prisão civil, nos termos do artigo 528, §3º, do Código de Processo Civil em vigor;

**d)** Não efetuado o pagamento no prazo legal, requer-se: d1) o cumprimento do mandado de prisão no (s) endereço(s) localizado (s) do requerido e inclusão do mandado de prisão no BANCO NACIONAL DE MANDADOS DE PRISÃO (BNMP); d2) o protesto do pronunciamento judicial, na forma do artigo 528, §3º, do Código de Processo Civil em vigor, bem como a expedição de ofício aos órgãos de proteção ao crédito para inscrição do nome do executado, sem prejuízo da continuidade dos atos expropriatórios, nos termos do art. 782, §3º do CPC;

**e)** A condenação do requerido ao pagamento das custas processuais e de honorários advocatícios, no percentual de 20% do valor da causa, a serem revertidos em favor do Fundo de Aparelhamento da Defensoria Pública do Distrito Federal - PRODEF (artigo 3º, inciso I, da Lei Complementar Distrital nº 744, de 04 de dezembro de 2007 com a redação que lhe deu o artigo 3º da Lei Complementar Distrital Nº 908/2016) - e deverão ser recolhidos junto ao Banco de Brasília, Agência 100, Conta 013251-7.

Atribui-se à causa o valor de **R\$** \_\_\_\_\_  
(\_\_\_\_\_).

Nesses termos, pede deferimento.

DF, \_\_\_\_\_.

*NOME DO ATENDENTE*  
*ESTAGIÁRIO/COLABORADOR*  
*MATRÍCULA*

Defensor(a) Público (a) do  
Distrito Federal